

História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Wasserman, Claudia

Transição ao socialismo e transição democrática: exilados brasileiros no Chile

História Unisinos, vol. 16, núm. 1, enero-abril, 2012

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866794008>

Transição ao socialismo e transição democrática: exilados brasileiros no Chile

Transition to socialism and democratic transition: Brazilian exiles in Chile

Claudia Wasserman¹

claudia.wasserman@ufrgs.br

Resumo. O artigo é resultado de uma pesquisa sobre um intelectual alemão que esteve trabalhando na América Latina e três intelectuais brasileiros que foram expulsos da Universidade de Brasília, perseguidos pela ditadura brasileira e exilados no Chile e no México. Em 1969, os quatro se reuniram no Chile e tiveram experiência acadêmica, de pesquisa e de militância política no país governado pela Unidade Popular. As lembranças desse período ficaram registradas em memoriais acadêmicos, escritos para o reingresso desses professores nas Universidades Brasileiras, após a anistia, ou em cartas e autobiografias. Esses documentos e a produção acadêmica desses intelectuais sobre o Chile são as fontes desse artigo.

Palavras-chave: exílio, *Unidad Popular*, Teoria da Dependência.

Abstract. The paper results from a research on one German intellectual who have been working in Latin America and tree Brazilian intellectuals who have been expelled from the University of Brasilia, they have been persecuted from the Brazilian dictatorship and exiled in Chile and Mexico. In 1969, they got together in Chile and had academic experience, research activities and political activism in the country governed by *Unidad Popular*. The memories of this period were registered in academic memorials, written for the re-entry in Brazilian Universities, after the amnesty, or letters and auto-biographies. Those documents and the academic production about Chile are the sources of this article.

Key words: exile, *Unidad Popular*, Dependency Theory.

Introdução

Este texto é parte de um trabalho de pesquisa sobre um intelectual alemão que esteve trabalhando na América Latina e três intelectuais brasileiros que foram expulsos da Universidade de Brasília em 1964, os quais foram perseguidos pela ditadura e tiveram que partir para o exílio². André Gunder Frank, alemão que vivia nos Estados Unidos, foi contratado por Darcy Ribeiro para a UnB com o objetivo de reforçar o quadro de doutores da instituição. Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra, todos jovens docentes mineiros, foram contratados pela UnB. Eram estudantes de pós-graduação e entusiasmados com as inovações curriculares da nova instituição.

¹ Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora do CNPq.

² A escolha destes autores não é arbitrária. A opção se deve, sobretudo porque esses autores foram aqueles que, nos anos 1960 e 1970, disputaram, com maior intensidade, o significado dos conceitos de dependência e de desenvolvimento, contrariando e se opondo as demais correntes de interpretação presentes no cenário intelectual brasileiro e latino-americano da época. Na pesquisa completa sobre a "corrente radical da Teoria da Dependência" ou o "grupo de Brasília", ainda não publicada, venho utilizando as recomendações de Williams (1999, p. 140) acerca da oportunidade de analisar grupos pequenos, neste caso um grupo de intelectuais: "O grupo, o movimento, o círculo, a tendência parecem ou muito marginais ou muito pequenos ou muito efêmeros para exigir uma análise histórica ou social. Entretanto, sua importância como um fato social e cultural geral, [...], é grande: naquilo que eles realizaram, e no que seus modos de realização podem nos dizer sobre a sociedade com as quais eles estabelecem relações, de certo modo, indefinidas, ambíguas".

André Gunder Frank partiu para o Chile em 1964, um mês antes do golpe, com sua mulher, Marta Fuentes, que era chilena, e com seu filho Paulo, nascido no Brasil um pouco antes³. Os três brasileiros, personagens deste estudo, foram forçados a deixar o país por estarem sendo perseguidos e ameaçados pelo Regime de Segurança Nacional que se impunha.

Os golpes da década de 1960 e 1970 foram responsáveis por uma nova onda de exílios na América Latina. Não foi a primeira vez que isso ocorreu. Ao longo da história da América Latina, muitos políticos e intelectuais foram obrigados a deixar os seus países motivados por antagonismos ideológicos e por força do autoritarismo⁴.

Em relação aos militantes que tiveram que sair do Brasil após o golpe de 1964, existe um cálculo de que “entre 1964 e 1966, passaram pelas embaixadas latino-americanas do Rio de Janeiro e pela embaixada da Iugoslávia, a única que funcionava em Brasília, cerca de quinhentos asilados políticos. Montevidéu e Buenos Aires receberam alguns milhares de brasileiros fugidos pela fronteira, entre os quais o presidente João Goulart e Leonel Brizola” (Gaspari, 2002, p. 130). Mesmo assim, apesar da proximidade da fronteira platina, as cidades latino-americanas que receberam a maior parte dos intelectuais exilados brasileiros foram Santiago do Chile e a Cidade do México.

As condições de asilo intelectual eram extremamente favoráveis nesses dois países, onde acabou ocorrendo, em muitos casos, aquele fenômeno que Rollemburg (1999, p. 24-33) identificou ao estudar o exílio dos brasileiros: a expatriação é experimentada como “fruto da exclusão, da dominação, da anulação, da intolerância”, mas “[...] oferece um outro lado: a oportunidade do recomeço e da transformação”. Para Fernandez (2011, p. 12), “a mesma necessidade de sobreviver que impeliu o imigrante ou exilado a partir da sua terra, também o levou individual ou coletivamente a inserir-se no país receptor, mesmo que em grau diverso e em profundidade variável, em novas dinâmicas e práticas sociais, culturais, políticas e econômicas, criando assim estratégias para continuar

sobrevivendo após a ruptura provocada pela experiência migratória”. As conclusões de Rollemburg e de Fernandez sobre as tentativas de adaptação e sobre as estratégias de sobrevivência à condição de exilados ajustam-se para o grupo de intelectuais, objeto deste artigo. As condições de inserção dos intelectuais brasileiros foram bem mais favoráveis do que para os demais exilados. O exílio, como uma das estratégias de exclusão política adotado pelas ditaduras de Segurança Nacional, não cumpriu totalmente os objetivos propostos nesse caso. Ainda que a situação dolorosa de perda de raízes tenha afetado a todos os exilados, os intelectuais, notadamente aqueles que tinham alguma militância política⁵, tiveram condições de manter suas atividades e até mesmo puderam ampliar os contatos e difundir ainda mais a sua produção intelectual e as suas ideias, porque foram, em geral, bem recebidos por instituições de ensino e de pesquisa nas cidades latino-americanas e europeias do exílio dos anos 1970.

Nesse sentido, e para o caso desse grupo, foram as instituições acadêmicas e de pesquisa que lhes proporcionaram a possibilidade de inserção privilegiada nas capitais latino-americanas do exílio intelectual brasileiro nos anos 1960/70, a saber, Santiago do Chile e Cidade do México. As instituições acadêmicas nos dois países experimentavam situações de intensa euforia e crescimento, sobretudo nas áreas das ciências sociais e humanidades.

A atividade cultural do México intensificou-se especialmente por estímulo da Revolução de 1910, que permitiu a incorporação de segmentos, temas e motivos da cultura popular, com ênfase também na alfabetização massiva, e de uma “difusão muito mais popular de certos elementos da cultura universal” (Aguirre Rojas, 2001, p. 101).

Entre 1958 e 1964, o México foi governado Adolfo López Mateos, considerado um político de esquerda, que havia participado de movimento estudantil e socialista. Na sua gestão, López Mateos distribuiu enormes quantidades de terras, nacionalizou empresas de telefonia e de energia elétrica e deu apoio à Revolução Cubana, opondo-se a qualquer tentativa de Washington de derrubar Fidel Castro. Para se ter uma ideia da situação do México nessa

³ Foi assim que o próprio Gunder Frank descreveu a sua partida do Brasil antes do golpe de 64: “The month before, and after our son Paulo was born there, Marta and I had already left Brazil again for Chile, later for Mexico where Miguel was born, then to Montreal, and in 1968 back again to Chile”. (No mês anterior, e depois de nosso filho Paulo ter nascido lá, Marta e eu já tínhamos deixado o Brasil novamente para o Chile, depois para o México, onde Miguel nasceu, e então para Montreal, e em 1968 voltamos novamente para o Chile) (in Gunder Frank, 2002).

⁴ Um primeiro exemplo dos múltiplos exílios latino-americanos é fornecido pelos opositores de Juan Manuel de Rosas (1793-1877), governador de Buenos Aires, federalista, perseguiu opositores entre os quais Juan Bautista Alberdi e Domingo Faustino Sarmiento, que tiveram que se exilar no Uruguai e no Chile. O próprio Rosas morreu no exílio em Southampton, Inglaterra. Angel Rama fornece alguns exemplos paradigmáticos em seu artigo que tem o sugestivo título “La riesgosa navegación del escritor exiliado”: Las figuras macizas del siglo XIX ilustran esta tradición desde los orígenes: Sarmiento en Chile, Montalvo en Colombia o en París, Martí en Centroamérica o Estados Unidos, Hostos en el Perú, son algunos ejemplos de una agobiadora práctica que movilizó a los escritores [...]” (1978, p. 5).

⁵ Os três brasileiros personagens deste estudo haviam militado no movimento estudantil em Minas Gerais e participaram da fundação da POLOP, em 1961. A renúncia de Jânio Quadros, no mesmo ano, havia desencadeado uma intensa movimentação na esquerda brasileira, ambiente que até 1964 foi se radicalizando cada vez mais. A hegemonia do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do PCB no campo das esquerdas foi sendo questionada por organizações mais à esquerda e que acusavam os dois partidos de posições “reformistas e conciliadoras” (Reis, 2007, p. 57). A POLOP surgiu nessa conjuntura e teve origem em organizações dissidentes, espalhadas em alguns estados do Brasil. A militância na POLOP garantiu a Ruy Mauro, Theotonio e Vânia certa “proteção” de grupos de esquerda radicalizados e contrários à orientação de “aliança de classes” em outros países. O Movimento Izquierda Revolucionário (MIR) chileno foi a organização que intermediou os contatos entre esses intelectuais e as Universidades Chilenas que receberam os exilados, sobretudo a Universidade de Concepción e a Universidade de Santiago do Chile.

época, há registro de que, no ano do golpe civil-militar brasileiro, grande parte do orçamento do México era dedicado à educação. O governo seguinte, de Gustavo Díaz Ordaz Bolaños (1964-1970), foi um dos mais autoritários do período, quando ocorreu o triste episódio do massacre estudantil de Tlatelolco, em 1968. Depois de Díaz Bolaños, o México foi governado por Luis Echeverría Álvarez (1970-1976), responsável direto pelo massacre de Tlatelolco. Seu governo foi marcado, no entanto, pela proximidade aos regimes socialistas do Chile e de Cuba. Foi ele o responsável pelo exílio dado à viúva do presidente Salvador Allende, Hortensia Bussi, em 1973. E apesar de ter dado exílio a um grande número de intelectuais sul-americanos, foi responsável pela perseguição e morte dos guerrilheiros mexicanos Genaro Vázquez (1972) e Lucio Cabañas (1974). Mesmo assim, os reflexos da Revolução Mexicana e do apoio a Cuba ainda se faziam presentes na Universidade e favoreceram a acolhida aos exilados políticos provenientes de todas as ditaduras de segurança nacional da América do Sul.

O Chile viveu, entre os anos de 1970 a 1973, uma situação especialmente favorável ao acolhimento da esquerda latino-americana. Enquanto Brasil, Argentina, Bolívia e República Dominicana experimentavam as dramáticas consequências das ditaduras civil-militares, a sociedade chilena vivenciava a original experiência do governo socialista de Salvador Allende. A “via chilena ao socialismo” embalava o sonho de toda a esquerda latino-americana, que estava, a essas alturas, aterrorizada pelas ditaduras de segurança nacional. Por isso, o Chile recebeu grande parte dos intelectuais brasileiros que fugiram da perseguição, da prisão e dos inquéritos.

Nesse sentido, ainda que os exílios no México e no Chile acentuassem a perda de raízes ocorrida nessas situações extremas, simultaneamente, sobrevinha a descoberta de radares, em referência ao título do livro de Rollemburg (1999). Além do mais, foi uma época de “redescobrimento” da América Latina nas universidades e nos centros de pesquisa do mundo inteiro. Estimulados por processos inusitados e originais, como a vitória da Revolução Cubana e seus desdobramentos, sobretudo relativos à latino-americanização da Guerra Fria, com a implantação de sucessivos regimes de segurança nacional nos países do Cone-Sul, os intelectuais do mundo inteiro se debruçaram sobre a história e as sociedades latino-ame-

ricanas para compreender melhor esses processos. Entre os anos 1960 e 1970, em função da curiosidade gerada pela Revolução Cubana e pelos golpes civil-militares que implantaram os Regimes de Segurança Nacional, foram fundadas as mais importantes associações de estudos sobre a América Latina e o Caribe na própria região, na Europa e nos Estados Unidos⁶.

Ouriques identificou o Chile, o Brasil e o México como os eixos geográficos da gestação da teoria da dependência, e salientou que “foi no Chile que o debate amadureceu de forma definitiva”, em função da vitória da Unidade Popular e da “reunião, no Centro de Estudos Sócio-Econômicos (CESO), de importantes investigadores, que ali desenvolveram suas reflexões ao calor dos debates que implicou a via chilena para o socialismo” e “conformaram o ambiente propício para o amadurecimento do debate” (Ouriques, 1994, p. 180-181).

Neste artigo, pretendo abordar justamente uma parte da trajetória desses intelectuais, especificamente aquela que se refere às condições do exílio chileno, o aprendizado dos brasileiros exilados nas Universidades do Chile e sua militância no país governado pela Unidade Popular, de Salvador Allende.

O exílio chileno

Gunder Frank registrou sua visão acerca do Chile nesta época em cartas que escreveu para amigos e colegas nos anos 1970 e alguns escritos autobiográficos redigidos nos anos 1990, todos publicados em site próprio. Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos registraram suas lembranças acerca da perseguição e do exílio em memoriais acadêmicos preparados nos anos 1990 para ingresso ou reingresso nas universidades públicas brasileiras das quais haviam sido demitidos ou expurgados no pós-1964. Esses memoriais e os escritos autobiográficos representam evidentemente uma versão desses intelectuais sobre o passado e não podem ser apreciados como aquilo que realmente aconteceu. Representam um indício da realidade, mas são, sobretudo, as visões que nos anos 1990 prevaleceram sobre a implantação da ditadura no Brasil, sobre o seu impacto inicial na intelectualidade e nas universidades brasileiras e acerca do exílio⁷.

Estou considerando esses memoriais como uma “escrita de si” para mencionar o conceito já desenvolvido

⁶ AHILA (Asociación de Historiadores Latino-americanistas Europeus), fundada em 1978 em Torun, na Polônia, embalada pelas reuniões que vinham se realizando desde 1969, sucessivamente em Santander, Sevilla, Paris e Colonia. No mesmo ano, 1978, surgiram duas organizações sob influência das atividades de Leopoldo Zea (1912-2004), a SOLAR (Sociedad Latino-americana de Estudios Latinoamericanos y del Caribe) e a FIEALC (Federación Internacional de Estudios sobre América Latina y el Caribe). Em 1960, surgiu o Centro de Estudios Latinoamericanos (CELA), parte da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da UNAM, fundado por Pablo González Casanova.

⁷ O texto “Memória”, de Ruy Mauro Marini, foi escrito em 1991, segundo o próprio autor “para atender uma exigência acadêmica da Universidade de Brasília” (p. 1). O texto de Theotônio dos Santos, intitulado “Memorial”, foi escrito originalmente em 1994, mas foi acrescido da produção intelectual desenvolvida até 2009. O texto foi entregue a mim pelo próprio Theotônio dos Santos. O texto de Vânia Gelape Bambirra é intitulado “Memorial” e consta ao final do mesmo a data de abril de 1991, tendo sido produzido também como exigência acadêmica da UnB. Foi gentilmente cedido a mim por dois pesquisadores, Lunde Braghini Jr. e por Fernando Correa Prado.

na área e que mereceu algumas reflexões bem consistentes⁸. Os memoriais acadêmicos e os escritos autobiográficos permitem aos seus autores o controle sobre a sua própria trajetória intelectual, propiciam o encaminhamento das atividades e da produção científica para uma direção não necessariamente deliberada no passado, mas que, assim como se apresenta no memorial, é inserida em um percurso que aponta para o futuro. Para Artières (1998, p. 11), “a escolha e a classificação dos acontecimentos determinam o sentido que desejamos dar às nossas vidas”. Sua leitura e análise podem ajudar a entender o contexto no qual foram produzidos, no caso os anos 1990 no Brasil, época de auge do neoliberalismo, e apontam para uma “lógica retrospectiva de fabricação da sua vida” (Gomes, 2004, p. 13)⁹.

Nessa lógica retrospectiva, os quatro personagens do meu trabalho tiveram uma impressão bastante positiva do Chile que os recebeu. Segundo Theotônio, “Por alguma razão, reuniram-se no Chile, no fim da década de 60, representantes de todas essas experiências. Voltaram os colaboradores de Che Guevara com essas leituras frescas na cabeça, voltava da França Marta Hannecker, a principal discípula latino-americana de Althusser. Rui Mauro Marini voltava do México, onde desenvolvera seu próprio grupo de leitura depois da experiência de Brasília. Essas experiências paralelas confluíam agora para um grande movimento de leitura e discussão do pensamento marxista como nunca havia ocorrido em nenhuma outra região do mundo e chegava à vida universitária de maneira insólita. Até nas escolas de psicologia e mesmo nas de ciências exatas formavam-se grupos de leitura do Capital e de outros autores marxistas, clássicos e contemporâneos” (Santos, 1994, *Memorial*, p. 17-18).

Mas o percurso de cada um deles até o Chile foi diverso. Enquanto Gunder Frank deixou o Brasil rumo ao Chile cerca de um mês antes do golpe, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra permaneceram no Brasil entre 1964 e 1966, na clandestinidade. Quando tiveram oportunidade, em 1966, rumaram para o Chile e foram

incorporados ao CESO. Vânia Bambirra foi professora da Faculdade de Economia e pesquisadora do CESO entre 1967 e 1973, enquanto Theotônio assumiu a docência, a pesquisa e foi diretor do Centro. Na Universidade do Chile, reencontraram Gunder Frank. Para Bambirra, os sete anos e meio passados no Chile foram de crescimento intelectual e consolidação da carreira acadêmica, o que não havia ocorrido no Brasil, onde ela apenas iniciara sua trajetória, interrompida pelo golpe: “(no Chile) realmente me afirmei como intelectual, como professora, como pesquisadora e cientista social. Levantei voo. Adquiri autoconfiança, produto da segurança de que meu trabalho era sério e fundamentado. Comecei a realizar o sonho de entender o mundo para ajudar a transformá-lo. Apaixonei-me pela minha profissão” (Bambirra, 1991, *Memorial*, p. 28).

O grupo voltou a se reunir no Chile quando Gunder Frank voltou de sua temporada em Montreal (1968) e Ruy Mauro Marini foi forçado a um novo exílio, deixando o México em 1969. Em maio de 1968, Marini, que já era professor e pesquisador prestigiado no México, escreveu um artigo para o jornal mexicano “El Dia” no qual analisava as atividades de resistência à ditadura, protagonizadas pelo movimento estudantil brasileiro¹⁰. Embora o texto tenha sido escrito no calor dos acontecimentos de março a maio, o artigo foi publicado apenas em agosto, por razões nunca esclarecidas, segundo o próprio Ruy Mauro (Marini, 1991, *Memórias*, p. 13), quando a situação do movimento estudantil mexicano já se tornara particularmente problemática para o regime de Gustavo Díaz Ordaz. Depois de outubro de 1968, os acontecimentos de Tlatelolco¹¹, somados ao artigo publicado em agosto, e a algumas palestras proferidas por Marini sobre o movimento estudantil, tornaram a situação do brasileiro insustentável no México. Ele foi ameaçado pelo então Subsecretário de Governo, encarregado do controle dos asilados políticos, e praticamente convidado a se retirar do país. No início de 1969, foi eleito como presidente do México o próprio

⁸ Ver, entre outros trabalhos, Olney (1980). Uma boa síntese sobre a “escrita de si”, notadamente diários e autobiografias está em Calligaris (1998). A Revista Estudos Históricos de 1998, volume 11 é toda dedicada a “Arquivos Pessoais” e tem também um excelente texto de Artières (1998), intitulado “Arquivar a Própria Vida”. Mais recentemente, Gomes (2004) organizou uma coletânea intitulada “Escrita de Si, escrita da história”. O interesse aqui recai justamente no texto introdutório de Gomes, no qual a pesquisadora resume algumas precauções metodológicas no caso da utilização desses escritos como fonte.

⁹ Embora os memoriais não possam ser tomados como fonte exclusiva em um trabalho de pesquisa devido aos problemas já mencionados, neste artigo, optei por dar um destaque a esses textos ainda raramente utilizados em estudos de história. Esses escritos revelam justamente o que pensavam os intelectuais estudados sobre um problema que afligia o Chile de Allende e o Brasil dos anos 1990, quando os memoriais foram produzidos: a aliança de classes e a transição ao socialismo. Subsidiariamente, a produção intelectual dos personagens deste artigo serviu para corroborar suas ideias acerca da revolução, do socialismo, da via pacífica e das alianças necessárias para atingir essas finalidades.

¹⁰ Nos anos 1960 e 1970, o movimento estudantil transformou-se em fator político significativo em função do expressivo crescimento do ensino universitário. No Brasil, as vagas nas universidades públicas quadruplicaram entre os anos 1940 e 1960. Apoiado em organizações como os Diretórios Acadêmicos (DCEs), as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs) e na União Nacional dos Estudantes (UNE), o movimento estudantil esteve particularmente ativo em 1961-1964, e, posteriormente, como importante fator de resistência ao regime militar. Em março de 1968, uma invasão da polícia no Restaurante Universitário Calabouço no Rio de Janeiro, para dispersar uma revolta estudantil, deixou como saldo a morte de Edson Luis, que se tornou símbolo da luta contra a ditadura. O artigo de Marini inscrevia-se nesse contexto: “Em maio, entusiasmado com as ações do movimento estudantil brasileiro, escrevi um artigo de página inteira, no qual analisava suas motivações e definições programáticas, sua dinâmica e suas táticas de luta” (Marini, 1991, *Memória*, p. 13).

¹¹ O episódio conhecido como Massacre de Tlatelolco ocorreu em dois de outubro de 1968, após vários meses de agitação e greves estudantis, demissão do reitor da UNAM em setembro, também em decorrência das manifestações dos estudantes. Forças do exército e da polícia mexicanos investiram contra os estudantes e suas famílias na Praça das Três Culturas, em Tlatelolco, onde ocorria uma manifestação pacífica e deixaram um saldo de mortos que oscila, nas estatísticas oficiais, entre 250 e 350 pessoas. A repressão teve lugar dez dias antes dos jogos olímpicos que ocorreram na cidade do México em 1968. O objetivo dos estudantes era chamar atenção da mídia internacional sobre as condições de repressão no país, e o objetivo do governo mexicano foi estancar a agitação estudantil antes que os jogos iniciassem.

Secretário de Governo que havia ordenado o massacre da Plaza de las Tres Culturas, Luís Echeverría, que havia apressado a decisão de Marini de deixar o México e partir para Santiago do Chile¹².

No Chile, Ruy Mauro obteve uma vaga para pesquisar e ministrar aulas no Instituto Central de Sociologia da Universidade de Concepción, onde teve acolhida fraterna de outros exilados, bem como da Federação dos Estudantes da Universidade que intercedeu a seu favor. Localizada a um pouco mais de 500 km ao sul da capital do Chile, Concepción era uma cidade industrial, com forte tradição operária e berço do Partido Comunista Chileno. Nessa região conflagrada pelo movimento operário, surgiu o Movimiento de Izquierda Revolucionário (MIR) Chileno, em 1965¹³, que teve atividade marcante até o final do governo de Salvador Allende.

No final de 1970, Ruy Mauro aceitou um convite do CESO e transladou-se para a capital, Santiago do Chile. A respeito da acolhida no CESO, Ruy Mauro Marini revela que a vitória da Unidade Popular teria esvaziado as universidades chilenas dos melhores quadros da esquerda do país, aproveitando-os na administração pública. Isso permitiu a absorção do pessoal mais jovem e de estrangeiros que estavam na condição de exilados ou que haviam sido atraídos pela originalidade do processo político. Segundo suas memórias, “O CESO foi, em seu momento, um dos principais centros intelectuais da América Latina. A maioria da intelectualidade latino-americana, europeia e norte-americana, principalmente de esquerda, passou por ali, dele participando mediante palestras, conferências, mesas-redondas e seminários. [...] O momento político que vivia o país, o qual tornara Santiago centro mundial de atenção e de romaria de intelectuais e políticos, fez o resto, além de incentivar o desenvolvimento de outros órgãos acadêmicos [...]” (Marini, 1991, *Memória*, p. 18-19).

A visão retrospectiva expressa pelas memórias dos exilados brasileiros apresenta o Chile como um celeiro de ideais democráticos e de esquerda, lugar de consagração do marxismo e das leituras de *O Capital*, eclipsando, assim, a presença ostensiva de valores liberais e de intelectuais de direita na universidade chilena.

O que estava em jogo no Chile antes da ascensão de Allende

A disposição da Universidade Chilena, notadamente, de alguns centros de ensino e pesquisa como o CESO, de receber e dar abrigo aos exilados latino-americanos perseguidos pelas ditaduras não ocorria apenas com o objetivo de oferecer guarida aos perseguidos e prestar solidariedade àqueles que professavam as mesmas ideias políticas e acadêmicas. Havia na universidade chilena, mais do que em qualquer outro ponto da América Latina, uma disputa em andamento sobre a orientação do capitalismo latino-americano como um todo, e chileno em particular. Entre 1950 e 1970, o nacional-desenvolvimentismo, predominante entre a intelectualidade e os políticos populistas, foi confrontado com as teses liberais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), alimentados pelos economistas de Chicago. Segundo Salazar e Pinto (1999, p. 162), “no Chile, a derrota do monetarismo liberal foi arrasadora. Contribuiu para isso, desde 1958, a Revista *Panorama Económico* (editada por Aníbal Pinto, Luiz Escobar, Oscar Muñoz, Osvaldo Sunkel, Ricardo Lagos, Sergio Molinas e outros)”. Ainda segundo o estudo de Salazar e Pinto (1999, p. 162), as reformas implementadas depois de 1964 (educacional, agrária, tributária, de distribuição de renda, chilenização do cobre etc.) inspiraram-se nas teses do grupo que operava dentro dessa interpretação nacional do desenvolvimento econômico.

O Chile também era sede da Comissão Económica para a América Latina (CEPAL), fundada em 1949, que nasceu para explicar a natureza do processo de industrialização que eclodira entre 1914 e 1945 para analisar os problemas e desequilíbrios desse processo em países periféricos. Uma das premissas da CEPAL era a ideia de que a industrialização autônoma e o nacionalismo econômico eram os únicos caminhos contra a miséria e contra a dependência em relação aos centros mundiais do capitalismo. Em 1962, também com sede no Chile, foi criado o Instituto Latino-americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social (ILPES), vinculado à CEPAL, onde predominavam sociólogos e cientistas políticos, e que pretendiam apoiar os governos e elaborar estratégias destinadas a alcançar o desenvolvimento¹⁴.

¹² Segundo o relato de Marini no *Memorial* (1991, p. 13-14), as tentativas de permanecer no México, negociando com as autoridades do país foram inúteis, o episódio interferiu no seu trabalho no Colégio de México e na UNAM, as autoridades haviam recomendado aos dirigentes acadêmicos que evitassem o contato de Ruy Mauro com os estudantes. Solicitou, então, autorização para deixar o país rumo à França, o que foi negado, devido a um acordo com a ditadura brasileira que impedia seu deslocamento para centros de exilados. Embora o Chile também estivesse nessa situação, a interferência de Santos e Bambirra no país foram fundamentais para contornar a situação e permitir que ele rumasse para um segundo exílio, desta vez no Chile. Segundo ele próprio comenta sobre o início do exílio chileno: “Meu ingresso a território chileno fez-se com alguma dificuldade, contornada pela pressão dos amigos que ali me esperavam – em particular Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra – juntamente com a intervenção de políticos – como o então senador Salvador Allende- e da Universidade de Concepción e sua Federação de Estudantes” (Marini, 1991, *Memória*, 1991, p. 16).

¹³ O MIR reunia militantes da Juventude Socialista, da Juventude Comunista e dois pequenos agrupamentos que atuavam na Universidade de Concepción: a Vanguarda Revolucionária Marxista e o Grupo Gramna. Concordava em recorrer à luta armada como forma de atingir o socialismo. A partir de 1967, organizou uma guerrilha urbana e rural. Durante o governo socialista de Salvador Allende, o MIR foi reconhecido como partido político, voltando à clandestinidade e às ações armadas após o golpe Militar de 1973.

¹⁴ No site do ILPES (s.d.) evidencia-se o objetivo principal da instituição: “[...] apoyo a los gobiernos en el diseño y perfeccionamiento de estructuras institucionales orientadas, con visión de largo plazo, al desarrollo económico y social”, ou, “[...] el fin de apoyar a los Gobiernos de la región en el campo de la planificación y gestión pública, mediante la prestación de servicios de capacitación, asesoría e investigación.”

Evidencia-se, assim, nessa época, a presença ostensiva de ideais nacional-desenvolvimentistas entre os intelectuais latino-americanos, sobretudo, os chilenos que ofereciam amparo às instituições que apoiavam essas ideias.

A disputa, entretanto, entre os valores nacional-desenvolvimentistas e os ideais liberais apresentava-se, no Chile, através de informes díspares sobre a inflação que acometia a economia do país¹⁵. A disputa também aparecia nos meios intelectuais. A Universidade Católica do Chile, para combater o predomínio do nacional-desenvolvimentismo, firmou, em 1956, um convênio acadêmico com a Universidade de Chicago. A partir do acordo, foi criado na Universidade Católica do Chile o Centro de Investigaciones Económicas (CIE), resultado de uma missão de célebres economistas de Chicago, defensores implacáveis do livre mercado. Foi estabelecido um programa de bolsas de estudo para estudantes chilenos nos Estados Unidos, que, segundo o site da própria Universidade, alcançaram “notoriedade como acadêmicos, consultores internacionais, funcionários públicos e executivos de importantes empresas. Desse intercâmbio nasceram os Chicago Boys” (Universidad Católica de Chile, s.d.).

O Centro de Estudos Sócio-Econômicos (CESO), na Universidade do Chile, e o Centro de Estudos Regionais e Nacionais (CEREN)¹⁶, na Universidade Católica do Chile, fundado em 1967, eram contraponto para as investidas liberais. Abrigavam pesquisadores críticos chilenos, brasileiros, cubanos, e de outras nacionalidades, tais como, Darcy Ribeiro, Almino Afonso, Guy de Almeida, José Maria Rabelo, Maria da Conceição Tavares, Tomás Vasconi, Inés Reca, Pío García, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, Aníbal Quijano, Marta Fuentes, Fernando Henrique Cardoso, Alejandro Saavedra, Luís Vitale, Guillermo Briones, Júlio López e José Carlos Valenzuela, Nestor D'Alessio, Marta Harnecker, Júlio López, Cristián Sepúlveda, Jaime Torres, Marco Aurélio Garcia, Alvaro Briones, Guillermo Labarca, Antonio Sánchez, Marcelo García, Emir Sader e Jaime Osorio, Régis Debray, Germán Sánchez e José Bell Lara, Luís Hernández Palacios, entre outros.

Nas suas memórias, Gunder Frank, Bambirra, Santos e Marini relembram a realização de encontros, seminários e grupos de pesquisa que se dedicavam, segundo eles, ao estudo dos rumos do capitalismo periférico como um todo, e do chileno, em particular. Santos relata a formação de uma equipe de pesquisa, sob sua coordenação, no CESO, sobre dependência econômica, tendo como resultado a produção de um conjunto de obras de

chilenos e brasileiros (Santos, 1994, *Memorial*, p.29)¹⁷. Ruy Mauro Marini fala sobre essa característica do CESO: “o segredo da intensa vida intelectual que o caracterizou e que se constituiu na fonte real do seu prestígio (do CESO) foi a permanente prática interna de diálogo e discussão, institucionalizada nos seminários de área – as áreas temáticas eram as células da instituição – e no seminário geral, continuada nas relações pessoais, que tinham por base o companheirismo e o respeito mútuo” (Marini, 1991, *Memória*, p. 19). Exemplifica com: “a princípios de 1973, teve lugar, por iniciativa do CEREN e em colaboração com o CESO, um simpósio sobre a transição ao socialismo, a que concorreram intelectuais de esquerda de todo o mundo, destacando-se Paul Sweezy, Rossana Rossanda, Lelio Basso, Michel Gutelman, além dos participantes locais” (Marini, 1991, *Memória* p. 22).

Na visão dos intelectuais brasileiros, sua atividade de pesquisa, seus estudos teóricos estavam influindo e ajudando a construir projetos de futuro para o país: “É importante assinalar que esses estudos sobre a dependência tiveram um impacto político muito grande porque influenciaram muito fortemente a formulação do programa de governo da Unidade Popular no Chile” (Santos, 1994, *Memorial*, p. 35). Bambirra vai além: para ela, “[...] a teoria da dependência que havíamos ajudado a elaborar e a ramificar já havia cumprido uma enorme função prática: a de influenciar na elaboração do Programa da Unidade Popular. Pela primeira vez, um programa de governo feito por uma frente de esquerda, com a participação relevante de um Partido Comunista, colocava a ênfase na liquidação dos monopólios nacionais e internacionais; estabelecia, também, que a soberania nacional só poderia ser consolidada quando fosse superado o capitalismo dependente, através da transição socialista. Eram exatamente as conclusões óbvias das teses centrais que defendíamos em nossas publicações, cursos e conferências” (Bambirra, 1994, *Memorial*, p. 38-39).

A partir da vitória da Unidade Popular e do início do governo Allende, em 1970, os intelectuais brasileiros passam a relatar uma intensificação de suas atividades docentes, de pesquisa e de produção intelectual, segundo Marini, devido ao aproveitamento, pelo governo socialista, dos melhores quadros chilenos antes integrados à Universidade: “Carente de quadros, a esquerda no poder esvaziou as universidades em benefício da administração pública” (Marini, 1991, *Memória*, p. 18). Bambirra também observava o mesmo fenômeno: “Depois da vitória

¹⁵ Report of the U.N. economic Mission to Chile 1949-1950 (1951) e A Report on the process of inflation in Chile (1950) (in Salazar e Pinto, 1999, p. 162).

¹⁶ Local onde o belga Armand Mattelart desenvolveu suas ideias sobre a desigualdade dos fluxos internacionais da informação e construiu teoria crítica que dava ênfase para a teoria marxista anti-imperialista dos meios de comunicação.

¹⁷ Orlando Caputo e Roberto Pizarro: As Relações de Dependência e as Relações Econômicas Internacionais, Vânia Bambirra sobre a tipologia da dependência na América Latina, e Sérgio Ramos, Chile: Um País Dependente. Todas essas pesquisas foram transformadas em livros que marcaram as ciências sociais latino-americanas, com edição em muitos países, tendo o livro de Vânia Bambirra, por exemplo, alcançado 30 edições (Bambirra, 1994, *Memorial*).

da Unidade Popular, quase todos os membros da nossa equipe de estudos sobre as relações de dependência foram chamados para trabalhar no governo [...]” (Marini, 1991, *Memorial*, p. 38).

Além de ocupar postos de direção, docência e pesquisa nas Universidades chilenas, a ascensão do governo de esquerda e a originalidade de suas proposições instigaram os docentes brasileiros a procurar compreender a experiência através de cursos e seminários que versavam invariavelmente sobre a “transição ao socialismo”. Nos memoriais de 1991 e 1994, Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos relatam essas experiências: Bambirra passou a estudar a experiência cubana (1991, p. 39), Marini deu cursos sobre a Revolução Russa e o marxismo (Bambirra, 1991, p. 19), Theotônio organizou simpósio sobre a experiência da Unidade Popular e a transição ao socialismo (Bambirra, 1991, p. 36).

Até a ascensão de Salvador Allende, portanto, alguns centros de pesquisa (CEPAL e ILPES) e de docência chilenos (CESO e CEREN), tiveram um papel central na incorporação de quadros destinados a fazer frente às investidas do neoliberalismo que, no Chile, atuou de modo mais consistente do que em qualquer outro país da América Latina, por meio do convênio com a Universidad Católica. Depois da vitória da UP, os intelectuais incorporados ao CESO e CEREN passaram à análise de experiências de transição ao socialismo, particularmente voltados para a singularidade chilena. Sobressaíram-se, a partir de então, as divergências sobre essa experiência original e sobre a transição ao socialismo¹⁸.

O que estava em jogo no Chile depois da ascensão de Allende

O aprofundamento da democracia e a implementação de uma política econômica estatista e nacionalista eram as chaves das transformações sociais pretendidas pelo governo da Unidade Popular. Allende intitulou sua política de “via chilena para o socialismo”, acreditando ser possível o respeito às normas constitucionais simultaneamente à implementação da reforma agrária e da nacionalização das indústrias extrativas minerais, chamada de “chilenização

do cobre”. Uma forte intervenção estatal na economia marcava os primeiros anos de governo, que chegou a controlar mais de 60% das atividades produtivas.

A “via chilena para o socialismo” era, no entanto, contestada pelos Estados Unidos que viam os seus interesses econômicos atingidos e amargavam mais uma derrota político-ideológica na América Latina, após a Revolução Cubana; vinha sendo contraposta pela direita chilena e por parte do oficialato; era vista com “ceticismo [...] pelo Movimento de Izquierda Revolucionario (MIR), parcelas do MAPU (Movimiento de Acción Popular Unitaria) e do Partido Socialista [...]” (Aggio, 2007, p. 3).

Os setores da esquerda, que contestavam o governo Allende, criticavam o reformismo e consideravam a “pequena burguesia” ou a “burguesia nacional” incapaz de romper com o imperialismo. Essa discussão, sobre a capacidade da burguesia nacional em levar adiante um projeto de reformas sociais havia predominado entre os militantes de esquerda no Brasil no período imediatamente anterior ao golpe. Até o trágico desfecho de 1964, alguns intelectuais de esquerda e militantes, sobretudo vinculados ao Partido Comunista Brasileiro, apostavam no poder reformista dos governantes populistas e consideravam possível o desenvolvimento autônomo do capitalismo. Eram favoráveis à aliança com a burguesia nacional para promoção das reformas, do desenvolvimento e da eliminação dos “resquícios feudais”. Depois de 1964, no entanto, prevaleceu a tese defendida por Caio Prado Jr. da inexistência de traços feudais, da impossibilidade da “revolução burguesa” e da incapacidade da burguesia nacional de ir adiante com as reformas sociais¹⁹.

No Chile, a discussão sobre as possibilidades de aliança com a burguesia para a promoção de uma sociedade democrática e mais justa foi recuperada a partir da ascensão do governo socialista, já que Allende defendia negociar as transformações econômicas e sociais com uma parte das classes dominantes chilenas, constituindo um amplo espectro social para a transição ao socialismo, consagrando os termos da “via chilena” que eram democracia, legalidade e pluripartidarismo. Os opositores desse projeto, situados à esquerda, notadamente o Movimento Izquierda Revolucionário (MIR), liderado por Miguel Enriquez, discordavam dessa estratégia e ainda iam mais longe.

¹⁸ A contextualização do governo Allende e suas principais realizações ultrapassam os objetivos deste artigo e estão fartamente analisadas na bibliografia sobre o período, entre os quais eu destaco Rojas (1976); Salazar e Pinto (1999); Aggio (1999); Alegria (1983); Aylwin *et al.* (1990); Bitar (1980); Castillo *et al.* (1999). Mesmo assim, é importante mencionar que as práticas do governo da UP, dentre as quais destaco a nacionalização de pontos estratégicos da economia chilena, a reforma agrária e um princípio de socialização da economia, foram discutidas pelos intelectuais brasileiros em atividade nas Universidades chilenas. Os intelectuais, personagens desse artigo, recebiam as reformas de Allende e a “via chilena para o socialismo”, caracterizada pelo pluripartidarismo e pela manutenção da legalidade constitucional, com reservas. Sendo o objetivo do artigo compreender a reação e as posições assumidas pelos intelectuais brasileiros em relação ao governo e às reformas, não será possível aprofundar o estudo dessas reformas, bem como da reação que elas provocaram nas elites chilenas. Essas, juntamente com o governo dos Estados Unidos, procuraram boicotar o governo socialista, provocando a crise econômica que se abateu sobre o país e que foi um dos principais ingredientes da derrota da via chilena para o socialismo.

¹⁹ No livro de 1966, *A Revolução Brasileira*, Prado Jr. ressalta que “a ação do imperialismo representou um grande impulso para a vida econômica brasileira. [...] Esse estímulo e impulso econômico proporcionados pelo imperialismo reverteriam especialmente em benefício da burguesia em seu conjunto, pois lhe oferecem oportunidades e facilidades novas para suas atividades e seus negócios em proporções para ela completamente insuspeitadas no passado” (Prado Jr., 1966, p. 184).

Consideravam necessário acirrar os conflitos sociais até o rompimento com a institucionalidade e com a burguesia.

Segundo Aggio (2007, p. 3), “essa divisão marcaria profundamente a avaliação dos brasileiros que lá estiveram, refletindo a cisão que existia no seio da esquerda latino-americana a respeito do que se passava no Chile”. Aggio menciona Theotônio, os irmãos Eder e Emir Sader, Marco Aurélio Garcia e Ruy Mauro Marini como representantes dessas ideias “radicais”; segundo ele, “[...] todos aderentes ou simpáticos às posições do MIR” (Aggio, 2007, p. 3)²⁰.

Nos memoriais acadêmicos produzidos na década de 1990, prevalece a crítica ao governo Allende e o receio na sua estratégia de transição ao socialismo. Logo que chegou ao Chile, Marini foi trabalhar na Universidade de Concepción, berço do MIR. Foi convidado pelo então presidente da Federação, Nelson Gutiérrez, que viria a ser um dos dirigentes do MIR²¹. Ele assinala a situação política da região: “se o nível de politização era alto em Santiago, adquiria ali [em Concepción] conotações explosivas.” (Marini, 1991, *Memória*, p. 17), e reconhece: “Num ambiente dessa natureza, é difícil distinguir o que foi atividade acadêmica e o que foi atividade política. Minha vida pessoal foi, de certo modo, anulada, em benefício de uma prática pedagógica incessante, nas salas de aula, nas reuniões com militantes, durante as refeições, nas tertúlias em minha casa, nas visitas a dirigentes e bases operárias de Tomé, Lota, Coronel” (Marini, 1991, *Memória*, p. 17).

Depois da eleição de Salvador Allende, Marini já estava em Santiago, no CESO, e revela uma vez mais sua dedicação à militância política: “o avanço do processo chileno me convocava de modo crescente a uma participação mais ativa, obstaculizando minha concentração nas questões teóricas gerais que me preocupavam. A partir de fins de 1971, assumi responsabilidades políticas cada vez maiores, que acabaram por me absorver” (Marini, 1991, *Memória*, p. 22). Marini reconhece, em 1991, o principal obstáculo que se colocava para a esquerda chilena e

exilada na época do governo Allende: “uma das questões candentes que se colocavam no Chile de então era a da unidade da esquerda, em virtude dos problemas suscitados pela oposição UP x MIR” (Marini, 1991, *Memória*, p. 22)

Mesmo envolvido com a militância e com esses problemas, Marini não abandona a tentativa de interpretar o processo à luz de suas convicções teóricas. Em 1973 apresenta um trabalho intitulado “*¿Transición o revolución?* [...] no qual eu analisava o caráter de classe do governo da Unidade Popular”. Comenta no memorial, além disso, uma forte crítica ao trabalho de Lélio Basso, apresentado no mesmo seminário, no qual o tema central era a polêmica do momento: “reforma ou revolução”. (Marini, 1991, *Memória*, p. 22).

Theotônio dos Santos publicou vários textos sobre a experiência da UP²². Neles, analisava a relação entre o capitalismo dependente e as possibilidades de transição ao socialismo a partir dessa situação: “[...] como esclareci em artigos da época, a reforma agrária e a nacionalização do cobre eram insuficientes para garantir o desenvolvimento capitalista independente do país, e não eram capazes de atender as necessidades da população e enraizar uma democracia profunda, como por sinal se demonstrou no regime ditatorial. Daí a necessidade de que o governo também interviesse [sic] no setor capitalista industrial, de caráter monopólico e concentrador, e conseguisse orientá-lo no sentido de um desenvolvimento econômico a serviço da maioria da população (Santos, 1994, *Memorial*, p. 35). Ele havia organizado e coordenado o simpósio internacional “A transição ao socialismo é o governo da Unidade Popular”, o mesmo onde, no início de 1973, Marini apresentara o trabalho sobre o caráter de classe do governo Allende, que dera origem ao livro resultante dos debates, e que foi apreendido em setembro de 1973, uns dias após o golpe. Segundo Theotônio, o simpósio “representou talvez a avaliação mais profunda sobre as possibilidades e os limites do projeto da Unidade Popular. Ao concluir-lo, eu destacava a tendência

²⁰ Ao final dessa análise, Aggio generaliza ao dizer que “[...] aqueles que criticavam Allende entendem hoje o governo da UP ‘como vanguarda dos ideais revolucionários no nosso continente’ e a sua experiência, como um ‘projeto possível’” (2007, p. 3). Nos memoriais da década de 1990, Theotônio, Ruy Mauro e Bambirra mantiveram sua posição de equidistância e crítica às estratégias do projeto socialista de Allende.

²¹ Segundo Marini, “[...] a Federação de Estudantes dera início, de maneira espetacular, à reforma universitária, que agitava ainda o país quando da minha chegada, a que se seguiria o catapultamento do MIR ao plano nacional, em 1969, pela adoção – após a ruptura com os trotskistas – de uma ativa política de luta armada” (Marini, 1991, *Memória*, p. 17).

²² O próprio Santos (1994, p. 16) relata toda a produção sobre o Chile e a UP no seu *Memorial*: “Meus trabalhos sobre a Unidade Popular constam de três artigos de interpretação: ‘*La Unidad Popular Chilena y el Contexto Teórico e Histórico Latinoamericano*’, *Problemas del Desarrollo*, n. 16, México, 1973; ‘*Chile: La Unidad Popular*’, *Libre*, n. 1, Paris, set/nov, 1971; ‘*Problemas de la Transición al Socialismo y la Experiencia Chilena*’, *Desarrollo y Sociedad*, Santiago, 1972. Posteriormente ao golpe de 1973 publiquei um balanço da experiência chilena: ‘*Problemas Estratégicos y Tácticos de la Revolución Socialista en América Latina*’, no livro sobre *El Gobierno de Allende y la Lucha por el Socialismo en Chile*, publicado no México. Durante os anos da U.P. escrevi quase que semanalmente na revista *Chile Hoy* sobre o processo chileno. Alguns destes artigos foram reunidos pelo *Trimestre Ideológico*, n. 15, Caracas, 1973, p. 23 a 45, sob o título geral de “*Sobre el Proceso Revolucionario Chileno*”. Meus artigos provocaram grande repercussão e foram objeto de muitas intrigas. Umas delas, contamente repetida, é de que eu teria escrito às vésperas do golpe um artigo sob o título de “*Bendita Crise*”, elogiando a política econômica da UP naquele momento. Mentira. Às vésperas do golpe, *Chile Hoy* chamou, sob minha inspiração, a um debate sobre os perigos da inflação, além de denunciar em detalhe as armaduras golpistas. Meus cinco últimos artigos refletem exatamente esta situação: Em *Chile Hoy* de 18 a 24 de Maio de 1973 escrevi: ‘*A Irreversível Pendente da Guerra Civil*’; no dos dias 25 a 31 de maio publiquei ‘*Podemos Combatir la Catástrofe?*’; no dos dias 22 a 28 de junho escrevia ‘*Trabajadores a la Ofensiva*’ onde chamava a combater ‘de maneira organizada e centralizada a sedição direitista’; em 20 a 26 de julho escrevia ‘*Podemos Triunfar!*’ no qual chamava a atenção para os golpes da Bolívia e do Uruguai; o número de 24 a 30 de agosto publica meu último artigo sobre ‘*Golpes Negros e Brancos*’, no qual afirmo: ‘A direita despejou nas últimas semanas todas as suas forças. Isto nos permitiu medi-las e saber exatamente seu poder diante do avanço revolucionário da classe operária no Chile. Por outro lado, o movimento de massas se retirou do primeiro pano político por várias razões’. Depois de apontar as diferenças táticas e os confrontos permanentes que produziam um grande cansaço dos trabalhadores afirmávamos que ‘o fato é que neste período vimos a direita usar todas suas forças enquanto os trabalhadores estavam num dos momentos mais baixos de sua mobilização’. E chamava entusiasticamente à luta e ao contra-ataque que infelizmente não se deu.”

a uma radicalização do processo chileno e como a pequena burguesia se convertia num elemento chave para definir os caminhos do mesmo [...]” (Santos, 1994, *Memorial*, p. 36). Sobre as limitações da pequena burguesia e sua tendência ao fascismo, Theotônio escreveu no livro resultante do simpósio: “No Chile temos visto como seus defensores | referindo-se à pequena-burguesia| atacam tão duramente ‘os grupos armados’ da esquerda e fazem vista grossa aos ‘grupos de autodefesa’ da direita. A história repete-se” (Santos, 1994, *Memorial*, p. 37). Procurava assim demonstrar que a aliança com a burguesia afastava a UP da esquerda armada, mas a aproximava da direita e do fascismo.

Vânia Bambirra revela sua preocupação com o “fracasso dos movimentos insurrecionais do continente” (Bambirra, 1991, *Memorial*, p. 34) e com a “[...] evolução – ou involução – da esquerda chilena e brasileira, centrando-me em duas de suas mais significativas correntes a ‘foquista’ e a ‘reformista’” (p. 37). Sobre o ceticismo que a envolvia durante o governo da UP, Vânia revela não ter registrado suas dúvidas, pois, segundo ela, “[...] o desânimo conduz à auto-liquidação dos movimentos sociais”. Contudo, em 1991, Bambirra observava o seguinte: “a experiência chilena era uma proposta, era um sonho maravilhoso, que eu sempre duvidei que poderia converter-se em realidade; tinha maiores chances de tornar-se um pesadelo. Como muitos companheiros que compartiam essa dúvida, vale dizer os sensatos, mas que nunca professaram a tese do ‘quanto pior melhor’, torcíamos e ao mesmo tempo militávamos para que tudo desse certo; se nossas preocupações científicas e políticas estivessem erradas, que a história nos desmentisse” (Bambirra, 1991, *Memorial*, p. 39).

Depois da ascensão de Salvador Allende, a preocupação dos intelectuais exilados e daqueles que estavam nas Universidades e eram simpáticos às propostas da Unidade Popular era, principalmente, com a composição de classes do novo regime. Revelavam apreensão com o processo de transição ao socialismo “dentro da institucionalidade burguesa”. Se, de um lado, desejavam que tudo desse certo, por outro, compartilhavam com o MIR a ideia da incapacidade – leia-se falta de interesse – da pequena burguesia em participar do processo de reformas.

Os memoriais revelam a participação de nossos personagens em reuniões políticas – Ruy Mauro chegou a entrevistar Miguel Enriquez e fazia reuniões frequentes com lideranças do MIR – e sua militância. Juntamente com os memoriais, a produção intelectual sobre o Chile e a Unidade Popular revela também a preocupação teórica com a aliança de classes do socialismo, os agentes da revolução, o desenvolvimento do capitalismo em países periféricos, entre outros temas que estiveram presentes nos seminários e publicações até 1973.

Os memoriais e a produção intelectual sobre o Chile permitem entrever quais eram as preocupações dos

brasileiros no exílio chileno entre 1970 e 1973 e como eles combinaram a sua militância política e o labor acadêmico, quais eram as suas atividades e até mesmo seus temores diante daquela realidade em transição. Mas os memoriais, escritos na década de 1990, depois do retorno ao Brasil, também permitem compreender a situação brasileira do período no qual esses textos foram redigidos.

Diante dos recentes processos de redemocratização conservadores e da ascensão do neoliberalismo, esses memoriais revelavam os debates que nossos intelectuais exilados no Chile fizeram e suas dúvidas acerca da experiência da UP. Mas, também, e, sobretudo, desnudam as preocupações com a democracia brasileira e com as negociações e concessões que as esquerdas no Brasil e no resto da América do Sul estavam fazendo para garantir os processos de abertura democrática. Mais do que isso, revelam que esses intelectuais ainda desconfiavam da possibilidade de produzir as transformações econômicas e sociais nos nossos países em aliança com setores dominantes.

A conciliação de classes nas redemocratizações conservadoras

Além de os memoriais acadêmicos de Ruy Mauro, Theotônio e Vânia revelarem suas preocupações com a transição ao socialismo no Chile de Allende e da discussão que faziam sobre o caráter de classes da aliança do novo regime, também se sobressai a preocupação com a transição democrática no Brasil.

Sobre a transição chilena, a história não os desmentiu (para mencionar a frase de Bambirra); a pequena burguesia não aderiu às propostas de implantação do socialismo pela via da institucionalidade; ao contrário, retirou apoio do governo Allende e colaborou com sua deposição, sendo responsável direta pela desestabilização do regime. No Chile, e em todos os demais países da América Latina nos anos 1960/1970, tal como previam os mais “pessimistas”, a aliança com a pequena-burguesia não permitiu avançar nas transformações econômico-sociais.

Mas, ao contrário do que ocorreu nos anos 1960/1970, quando a aliança de classes revelou-se inconsistente e ineficaz, os processos de redemocratização pós-ditaduras, sobretudo no Brasil e no Chile, foram condicionados à conciliação entre as forças conservadoras e as forças de esquerda. Essas últimas retornavam do exílio, muito desarticuladas – e destroçadas – e não conseguiram propor um projeto nacional mais consistente, enquanto os militares, encastelados no poder desde 1964, no Brasil, e desde 1973, no Chile, comandavam a transição procurando “enquadrar”, em governos de coalizão,

os principais atores políticos da época. Não por acaso, o primeiro exilado a retornar ao Brasil, em 1979, foi Leonel Brizola, que entrou no Brasil por Foz do Iguaçu no dia 06 de setembro de 1979 e falou pouco, deixando claro que aqueles que o seguissem no retorno ao Brasil deveriam ter “cautela, paciência e prudência” (Partido Democrático Trabalhista, s.d.).

Era o primeiro sinal de que se abria no país um período de conciliação nacional, prudentemente articulado pelas forças conservadoras para impedir a crítica ao período anterior. Em dezembro de 1979, Ruy Mauro Marini fez sua primeira viagem de retorno depois da anistia, mas a volta definitiva ocorreria somente em meados de 1984. Theotônio dos Santos retornou em janeiro de 1980, e Vânia Bambirra, depois de cumprir alguns compromissos internacionais junto com Herbert de Souza, retornou em março do mesmo ano.

Os anos 1980, além da abertura política e da anistia, foram também marcados pela estagnação da economia latino-americana, referidos como “década perdida”, na qual houve uma forte retração da atividade industrial. Nesse sentido, os intelectuais e os políticos brasileiros haviam deixado um país no qual, na década de 1950-1960, predominavam perspectivas otimistas sobre o desenvolvimento da economia e retornaram ao Brasil sob uma forte crise de realização da atividade industrial, crise da dívida externa, índices altíssimos de inflação e forte desemprego.

Outro dado a considerar, do ponto de vista das teorias acerca do desenvolvimento econômico e do capitalismo periférico: nossos personagens tinham saído do país na época do predomínio do nacional-desenvolvimentismo e do sonho do desenvolvimento autônomo do capitalismo. No exílio, elaboraram teorias à luz do marxismo, que rechaçavam por completo a possibilidade de autonomia do capitalismo na periferia do sistema, ainda que essa independência fosse relativizada. Passaram a considerar o subdesenvolvimento do Brasil e de toda a periferia como uma condição do sistema capitalista como um todo. Por isso, defendiam o socialismo; consideravam que a única saída para o subdesenvolvimento era lutar contra o próprio sistema. Rechaçaram a possibilidade de aliança com os setores burgueses ou pequeno-burgueses por entenderem que o socialismo era incompatível com essas coalizões.

Ao retornar para o Brasil, encontraram o país imerso em uma crise econômica sem precedentes, onde a livre iniciativa privada, os investimentos estrangeiros, a flexibilização das legislações fiscal e do trabalho eram enaltecidas como solução para os problemas do país e do sistema capitalista como um todo.

Ruy Mauro, Theotônio e Vânia saíram do país discordando daquela aliança de classes proposta pelo nacional-desenvolvimentismo e se confrontaram, no retorno,

com propostas de aliança com aqueles que preconizavam o neoliberalismo; aliança ineficaz nos anos 1950/60, aliança amarga nos anos 1980/90.

Assim, ao refletirem sobre o passado e sobre as suas impressões da época de Allende, rechaçavam a ideia de aliança de classes, remetendo-a às análises e às interpretações teóricas que foram elaboradas no Chile e possibilidades pela acolhida nas instituições acadêmicas chilenas.

Em relação ao exílio desse grupo e ao seu retorno para o país, é curioso analisar o estudo de Rollemburg (1999), que distingue duas gerações no exílio e infere dessa divisão o vínculo partidário adotado no retorno ao Brasil. Segundo ela, os militantes mais experientes em 1964, ao voltarem do exílio, tentaram reconstruir o trabalhismo e recuperar o passado, enquanto uma turma mais jovem, de militantes que “negava e desprezava a experiência pré-64” (p. 51), ao voltarem do exílio, ofereceu apoio ao Partido dos Trabalhadores (PT) por sua “ausência de vínculos com o passado” (p. 52). Como os membros do nosso grupo eram muito jovens em 1964, a autora, seguindo sua distinção geracional, os identifica como sendo dessa última geração que queria se desvincilar do passado. Por isso, afirma que: “[...] militantes da geração de 1968, como Rui [sic] Mauro Marini, Theotônio dos Santos [...], que, no final do exílio, aderiram ao movimento de ‘reconstrução’ do PTB, em Lisboa, o fizeram deixando de lado sua identidade de geração” (p. 51).

Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini pertenceram ao que a autora chama de geração de 1968: eram muito jovens em 1964, fizeram parte da POLOP, uma organização que pregava a luta armada, eram críticos do populismo e do nacional-desenvolvimentismo, mas, valorizavam essa experiência pré-64 e se filiaram ao trabalhismo ao retornar ao Brasil. Porque isso aconteceu? Pode-se afirmar, como quer Rollemburg (1999, p. 51), que eles “deixaram de lado sua identidade de geração”?

Do ponto de vista teórico, o tema de geração é mal dimensionado. Todos os intelectuais – jovens e velhos, inexperientes e experientes, estudantes e profissionais consolidados – estavam, antes de 1964, imersos em um mesmo caldo de cultura permeado e dominado pelo nacional-desenvolvimentismo. A divisão da esquerda entre os que defendiam a aliança com setores burgueses – e a etapa nacional-democrática – e os que defendiam a autonomia da esquerda – e a luta pelo socialismo – somente se consolidou mesmo no pós-1964, quando a adesão à luta armada e a crítica à aliança de classes tornou-se mais evidentemente a “única saída”. De outra parte, do ponto de vista empírico, a resposta para as questões precedentes deve ser buscada na situação político-partidária concreta em que se encontrava o país nos anos 1990. No retorno

dos nossos personagens ao país, quem lutava mais fortemente contra o neoliberalismo e reivindicava o socialismo era Leonel Brizola, sobretudo depois de 1989, quando o socialismo desapareceu do léxico da nova esquerda e o PT passou a pregar a aliança de classes e um governo de coalizão. Por isso, e não por valorizarem mais ou menos a experiência pré-64, é que Theotônio, Vânia e Ruy Mauro aderiram ao PDT de Leonel Brizola e não ao PT ou ao PSDB ou ao PMDB, esses dois últimos partidos defensores mais ferrenhos das coalizões.

Referências

- AGGIO, A. 2007. A Esquerda Brasileira vai ao Chile. *História Viva*, 42. Disponível em: http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/a_esquerda_brasileira_vai_ao_chile.html. Acesso em: 02/2012.
- AGGIO, A. 1999. *Frente Popular, Radicalismo e Revolução Passiva no Chile*. São Paulo, FAPESP, 330 p.
- AGUIRRE ROJAS, C.A. 2001. *América Latina. História y Presente*. Morelia, Red Utopia & Jitanjáfora Morelia Editorial, 306 p.
- ALEGRIA, F. 1983. *Salvador Allende*. São Paulo, Brasiliense, 102 p.
- ARTIERES, P. 1998. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*, 21(11):10-34.
- AYLWIN, M. et al. 1990. *Chile em El Siglo XX*. Chile, Planeta, 298 p.
- BITAR, S. 1980. *Transformação, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 428 p.
- CALLIGARIS, C. 1998. Verdades de Autobiografias e Diários Íntimos. *Revista Estudos Históricos*, 21(11):43-58.
- CASTILLO F.; CORTÉS, L.; FUENTES, J. 1999. *Dicionário Histórico y Biográfico de Chile*. Santiago, Zig- Zag, 555 p.
- FERNANDEZ, J.C. 2011. *Anclao en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul desde a década de 1960 até a década de 1990*. Porto Alegre, RS. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 619 p.
- GASPARI, E. 2002. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 417 p.
- GOMES, Á. de C. 2004. *Escrita de Si, escrita da história*. Rio de Janeiro, FGV, 378 p.
- ILPES. [s.d.]. Disponível em: <http://www.eclac.org/ilpes/>. Acesso em: 22/01/2012.
- OLNEY, J. (ed.). 1980. *Autobiography: essays theoretical and critical*. Princeton, Princeton University Press, 330 p.
- OURIQUES, N.D. 1994. Hacia uma teoria marxista da dependência. In: R.M. MARINI; M. MILLÁN, *La teoría social latinoamericana. Subdesarrollo y dependencia*. México, Ediciones El Caballito, Tomo II, p. 179-197.
- PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT). [s.d.]. Disponível em: <http://www.pdt.org.br/>. Acesso em: 20/03/2012.
- PRADO Jr., C. 1966. *A Revolução Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 332 p.
- RAMA, A. 1978. La riesgosa navegación del escritor exilado. *Nueva Sociedad*, 35:5-15
- REIS, D.A. 2007. Classe Operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986). In: J. FERREIRA; D. REIS, *As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia 1964...* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 53-72.
- ROJAS, R. 1976. *O assassinato de Allende eo fim da via chilena ao socialismo*. Nova York, Harper & Row, 264 p.
- ROLLEMBERG, D. 1999. *Exílio. Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro, Record, 375 p.
- SALAZAR, G.; PINTO, J. 1999. *História Contemporânea del Chile I. Estado, legitimidad, ciudadanía*. Santiago, LOM Editores, 313 ps.
- UNIVERSIDAD CATÓLICA DE CHILE. Disponível em: <http://www.uc.cl/es/la-universidad/historia/525-linea-de-tiempo>. Acesso em: 02/2012.
- WILLIAMS, R. 1999. A Fração Bloomsbury. *Plural*, 6:139-168.

Fontes primárias

- BAMBIRRA, V. 1991. *Memorial e Curriculum Vitae*. Brasília, 115 p. [mimeo].
- GUNDER FRANK, A. 1991. Autobiographical Essays (1991-1995). Disponível em: <http://rrojasdatabank.info/agfrank/online.html#auto>. Acesso em: 30/06/2009.
- GUNDER FRANK, A. 1965. Capitalismo y subdesarrollo en América Latina. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/textos/>. Acesso em: 20/01/2012.
- MARINI, R.M. 1991. Memória. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/001_memoria_port.htm. Acesso em: 30/06/2009.
- SANTOS, T. dos. [s.d.] Andre Gunder Frank (1929-2005). Disponível em: http://www.achegas.net/numero/vinteetres/teotonio_anexo_23.htm. Acesso em: 30/06/2009.
- SANTOS, T. 1994. Memorial. 138 p. [digitado]

Submetido: 29/02/2012

Aceito: 09/04/2012